

8. PROPOSTA DA DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATISMO – ACEITAÇÃO DE DONATIVOS:

Da **Sr^a. vereadora da Área do Desporto** submetendo à consideração do Executivo as seguintes propostas:

a) Aceitação de um donativo de **5.000,00 €**, oferecido pela **Empresa EDP Distribuição – Energia S.A.**, ao abrigo do mecenato, nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do art.º 66º conjugado com o art.º 61 do DL 215/89 de 1 de julho, que aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

b) Aceitação de um donativo de **5.000,00 €**, oferecido pela **Empresa DSTCENTER**, ao abrigo do mecenato, nos termos previstos na alínea a), do n.º 1, do art.º 66º conjugado com o art.º 61 do DL 215/89, de 1 de julho, que aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Reunido do
executivo



A reunião do
Executivo Municipal
Fim Amm
07-02-2018

DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO

Excmo. Senhor Presidente,

Dr. Ricardo Rio,

Considerando que:

1. O evento "5.ª Corrida de S. João" é um projeto municipal, transversal, com a colaboração de várias unidades orgânicas que com os seus contributos permitiram a criação de um programa diversificado que teve lugar a 22 de junho 2018;
2. Com a organização da iniciativa em epígrafe são objetivos gerais do Município de Braga:
 - ♣ Criar uma programação diversificada no âmbito desportivo;
 - ♣ Estimular a população em geral;
 - ♣ Desenvolver o Desporto e promoção de hábitos de vida saudáveis;
 - ♣ Fomentar e explorar o conceito de desporto para todos;
 - ♣ Dar a conhecer ao público em geral o movimento desportivo.
3. Esta iniciativa trouxe à nossa cidade um elevado impacto. Em função do interesse suscitado, a empresa EDP distribuição – Energia S.A., com o NIF 504394029, com sede em Rua Camilo Castelo Braga, n.º 43 – 6.º 1050-044 Lisboa, propôs um donativo no valor de 5.000,00€.

Assim, nos termos do estabelecido pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos do artigo 14 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a aceitação do referido donativo, no valor de 5.000,00€, oferecido pela empresa EDP distribuição – Energia S.A., sendo o mesmo aceite ao abrigo do mecenato, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 66º conjugado com o artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação, que aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, por reconhecer que o mesmo foi concedido sem qualquer contrapartida que configurasse obrigação de carácter pecuniário ou comercial e que serviram o interesse público municipal.

Braga, 30 de novembro de 2018

A Vereadora,

(Dr.ª Sameiro Araújo)



DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO

À reunião do
Executivo Municipal
4º de Novembro
05 Dec 2018

Exmo. Senhor Presidente,

Dr. Ricardo Rio,

Considerando que:

1. O evento "Mexe-te Braga" é um projeto municipal, transversal, com a colaboração de várias unidades orgânicas que com os seus contributos permitem a criação de um programa diversificado que tem lugar entre os meses de abril e dezembro, na cidade de Braga.
2. Com a organização da iniciativa em epígrafe são objetivos gerais do Município de Braga:
 - ♣ Criar uma programação diversificada no âmbito desportivo;
 - ♣ Estimular a população em geral;
 - ♣ Desenvolver o Desporto e promoção de hábitos de vida saudáveis;
 - ♣ Fomentar e explorar o conceito de desporto para todos;
 - ♣ Dar a conhecer ao público em geral o movimento desportivo.
3. Esta iniciativa trouxe à nossa cidade um elevado impacto. Em função do interesse suscitado, a empresa DSTCENTER., com o NIF 513474587, com sede na Rua de Pitancinhos, apart 208, Palmeira, 4711-911 Braga, propôs um donativo no valor de 5.000,00€.

Assim, nos termos do estabelecido pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos do artigo 14 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a aceitação do referido donativo, no valor de 5.000,00€, oferecido pela empresa DSTCENTER., sendo o mesmo aceite ao abrigo do mecenato, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 66º conjugado com o artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação, que aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, por reconhecer que o mesmo foi concedido sem qualquer contrapartida que configurasse obrigação de carácter pecuniário ou comercial e que serviram o interesse público municipal.

Braga, 30 de novembro de 2018

A Vereadora,

(Dr.ª Sameiro Araújo)